
Algumas considerações sobre a saúde mental dos funcionários públicos, por Ezio Flavio Bazzo

OSWALDO LUIZ STAMATO TAUBE¹

INTRODUÇÃO

Bazzo (1997), ao escrever “Algumas considerações sobre a saúde mental dos funcionários públicos”, demonstra que a relação existente entre o trabalho e o sofrimento psíquico traz conseqüências agravantes à saúde mental dos trabalhadores, principalmente aos funcionários públicos. A relevância deste artigo se deve, principalmente, ao fato de que até bem pouco tempo não se ousava discutir em público, ou em nível de publicações científicas, os transtornos mentais ocasionados pela insatisfação decorrentes do trabalho, gerando doenças psicossomáticas e distúrbios mentais. Este fato se tornou ainda mais relevante a partir do momento em que se começou a discutir a saúde mental dos funcionários públicos.

Até o momento em que se discutia a saúde mental do desempregado, e havia as definições e as delimitações da estatística ocasionada pelas doenças psicossomáticas, como o estresse, a angústia e a depressão que ocasionavam mortes por parada cardíaca e suicídio, além dos internamentos em clínicas e hospitais psiquiátricos, o quadro não era tão grave. No entanto, a partir do momento em que esses fatores passaram a ser uma constante na maioria das organizações, principalmente nas organizações públicas, o quadro agravou-se.

Esta estatística foi tão além das expectativas que acabou gerando, por parte dos sindicatos e associações de trabalhadores, um programa nacional de conscientização da saúde mental dos trabalhadores, para tentar ao menos diminuir o preconceito que existe entre os próprios trabalhadores, que se acham “loucos”, e, portanto, incapacitados de exercerem suas funções e de viver em sociedade.

No caso dos funcionários públicos, este fato se embasa principalmente no fato da corrupção ser uma constante, o que faz com que os indivíduos que não participam dela se sintam mais oprimidos, mas mesmo os que participam dela não escapam dessa sintomatologia. Também, a alta rotatividade da chefia, tendo que se moldar a cada nova chefia. Assim sendo, tem-se um crescimento da angústia e da depressão, gerando então as doenças psicossomáticas. Mas como o próprio autor cita:

¹ Mestre em Engenharia da Produção - Universidade Federal de Santa Catarina. Docente da Faculdade Ingá – UNINGÁ.

É evidente que o estresse, a angústia e a depressão que se manifestam com tanta frequência entre os funcionários públicos não são, necessariamente, conseqüências apenas de sua relação com o trabalho ou dos conflitos vividos dentro dele. O trabalho é, em muitos casos, apenas o detonador desses transtornos (BAZZO, 1997, p. 43).

Ainda justifica que, se o trabalho fosse gratificante, até poderia ser utilizado como terapia, mas não o sendo, os funcionários correm para as aposentadorias, como meio de não serem empurrados para o acúmulo de doenças psicossomáticas e da insanidade mental. Fazem, desta forma, mesmo sabendo que, às vezes, na aposentadoria poderão correr os mesmos riscos devido à falta da assistência devida.

DESENVOLVIMENTO

Lima (1998) traz que o campo da saúde mental no trabalho (SM&T) ainda é um campo novo no Brasil. Ela teve seu início na França, logo após a II Guerra Mundial, através da psiquiatria social, por intermédio da publicação do livro de Christophe Dejours, 1987, “A loucura do trabalho”.

Grisci (1999) traz que as mudanças geradas no trabalho também podem ocasionar estresse e até distúrbios mentais, resultantes da pressão exercida sobre o funcionários, como é o caso de profissionais que utilizam equipamentos de informática, necessitando de um aperfeiçoamento e especialização constante, tanto que complementa afirmando:

Acredita-se que já é tempo de a Psicologia vir a contribuir no sentido de conhecer modos de pensar, apreciar e agir dos sujeitos acerca de temas emergentes da contemporaneidade, ao tomar contextos referentes ao mundo do trabalho que passa por reestruturações e inovações tecnológicas, e sobre ele repousar um olhar que se caracterize, ao mesmo tempo, crítico e criativo (GRISCI, 1999, p.5).

Segundo Costa (1997), os males do mundo do trabalho não são ocasionados apenas pelos ambientes tóxicos, desconfortáveis, ruidosos, mas também são ocasionados pelo sofrimento psíquico, que é gerado pela falta do prazer no trabalho, ou seja, pela falta da perspectiva de melhores condições de trabalho, tanto em nível de satisfação própria pelo trabalho realizado quanto pela falta de retorno pessoal, devido a não ver uma elevação ou reconhecimento profissional pelas suas atividades desenvolvidas.

O trabalho pode favorecer condições estabilizadoras que neutralizam o sofrimento, sendo, portanto, a organização do trabalho um compromisso resultante da negociação social simultânea entre os pares e os diferentes níveis hierárquicos, principalmente porque o prazer está relacionado à satisfação das necessidades de cada indivíduo (MENDES, 1995). Esse contexto é complementado por Uchida (1998), ao citar Dejours, o qual reafirma que na relação entre a organização do trabalho e o sofrimento humano, o sofrimento é algo que faz parte do processo de trabalho, inerente a ele. Logo, não se trata de tentar eliminá-lo, mas sim de se compreender como este é produzido *na e pela* organização de trabalho, possibilitando a sua elaboração por parte do trabalhador, buscando modificar as condições que lhe deram origem.

Costa (1997) reafirma que o fato de não estar fora do mundo competitivo das empresas privadas não garante a sanidade mental aos seus funcionários, mas também podem ocasionar mal aos usuários dos serviços públicos. Tanto que cerca de 30% dos funcionários públicos pesquisados apresentaram apatia, irritação, deficiências sociais e dificuldades de diferenciar conotação de culpa, de vergonha, de degradação. Além disso, o sistema também traz o sentimento de culpa pelo próprio desemprego, gerando ainda mais o medo e ocasionando ainda mais a insatisfação por não poder mudar o que ocorre no trabalho.

Uchida (1998) cita dados importantes sobre o sofrimento específico do usuário produzido na organização do trabalho informatizado: sensações de isolamento, fragilidade e transparência. Estes produzem a fantasia de ser homem de vidro, homem sem privacidade, devassado em todos os seus movimentos e quebradiço feito vidro, onde a rigidez é negativa, impedindo a atividade criativa, não havendo espaço para inovação e invenção na *concepção* do trabalho. Se ao trabalhador é permitido desenvolver engenhosamente a atividade de *concepção*, ele pode modificar e re-modificar quantas vezes for necessária a relação homem-trabalho, e torná-lo também fonte de prazer. Mas para que este prazer seja efetivo, é necessário que haja reconhecimento por parte dos pares quanto à solução criativa do problema. O aval dos pares é fundamental para que se complete um processo psíquico conhecido como *sublimação*. Esta permite explicar o processo criativo do homem segundo o referencial psicanalítico.

Tractenberg (1999) mostra que, na maioria das vezes, ao se tentar empregar um programa de reestruturação competitiva, acaba apresentando resultados medíocres devido às questões das relações humanas e não dos aspectos técnicos. Codo (1996) afirma que, do ponto de vista de sofrimento/prazer no trabalho, uma liderança aberta é a pior, já que os subordinados ficam soltos. Portanto, a maior parte dos problemas pode ser resolvida com intervenções nas condições de trabalho, e/ou com treinamento para os responsáveis.

Esquemáticamente falando, a Psicanálise nos ensina que não se é senhor da própria psique. Distúrbios ocorrem quando há interrupção, falha e impedimento de comunicação entre os sistemas pré-consciente/consciente e o sistema inconsciente. Os diversos sintomas (neuróticos, psicóticos, sonhos, atos falhos, chistes, etc) apontados por Freud têm a ver com alterações nesta comunicação. Nestas circunstâncias, não se tem fácil acesso ao nosso "depósito" mnemônico. Somente quando se removem os obstáculos que se formaram entre os sistemas psíquicos recupera-se uma circulação mais livre da informação.

CONCLUSÃO

Pode-se concluir que somente através de estímulos, principalmente de uma melhor qualidade de vida no trabalho (QVT), o trabalhador pode deixar de ser um futuro insano ou um doente psicossomático, resultando, então, em um campo no qual o psicólogo tem um vasto trabalho a realizar, e que pode melhor ser visualizado através da afirmação de Uchida (1998):

Temos então que o prazer advém da dialética com a angústia, na elaboração desta. E isto só ocorrerá se o sujeito encontrar no campo social uma atividade de trabalho em ressonância simbólica com a sua cena psíquica ou o seu teatro psíquico. Será através da atividade de concepção, que implica em criação e invenção, que o sujeito lidará com a angústia no nível psíquico e, ao mesmo tempo, no nível social, quando obtém o reconhecimento, pelos pares, de sua engenhosidade na solução dos problemas que surgem na atividade produtiva. O reconhecimento, por sua vez, completa o processo sublimatório do indivíduo, permitindo a este uma saída dessexualizada às suas pulsões, o que terá efeitos benéficos no nível tanto simbólico como econômico. Ao se possibilitar a elaboração adequada das pulsões, permite-se o prazer. Desse modo se articulam os conceitos de angústia, prazer, sublimação, jogo, ressonância simbólica, cena psíquica ou fantasma (teatro psíquico) e cena do trabalho (teatro do trabalho) (p. 5).

Portanto, não se pode dizer que a saúde mental dos funcionários é algo inerente ao funcionalismo público, principalmente devido ao alto grau de corrupção, mas infelizmente é uma doença gerada pela falta de prazer durante o trabalho, e esta insatisfação pode ser conscientizada e contornada.

REFERÊNCIAS

- BAZZO, E.F. Algumas considerações sobre a saúde mental dos funcionários públicos. Brasília: **Psicologia Ciência e Profissão**, v.17, n.1, p.41-44, 1997.
- CODO, W. Um diagnóstico do trabalho (em busca do prazer). In.: Trabalho, cultura e Organizações. Rio Grande do Sul: PUC, **Coletâneas da ANPEPP**, v.1, n.11, p.36-55, 1996. Capítulo III.
- COSTA, T. Quando o trabalho ameaça a saúde mental: sofrimento psíquico manifesta-se como depressão, alcoolismo e até paranóia. Rio de Janeiro: **Ciência hoje**, v.23, n.133, p.32-37, 1997.
- GRISCI, CL.I. Trabalho, tempo e subjetividade: impactos da reestruturação produtiva e o papel da psicologia nas organizações. Brasília: **Psicologia, Ciência e Profissão**, v.19, n.1, p.2-13, 1999.
- LIMA, M.E.A. A psicopatologia do trabalho: origens e desenvolvimentos recentes na França. Brasília: **Psicologia, Ciência e Profissão**, v.18, n.2, p.10-15, 1998.
- MENDES, A.M.B. Aspectos psicodinâmicos da relação homem-trabalho: as contribuições de C. Dejours. Brasília: **Psicologia, Ciência e Profissão**, v.15, n.1/3, p.34-38, 1995.
- TRACTENBERG, L. A complexidade nas organizações: futuros desafios para o psicólogo frente à reestruturação competitiva. Brasília: **Psicologia, Ciência e Profissão**, v.19, n.1, p.14-29, 1997.
- UCHIDA, S. Trabalho informatizado e sofrimento psíquico. São Paulo: **Psicologia USP**, v.9, n.2, 1998.